

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Coordenação de Políticas de Integração de Educação a Distância
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

KENYA CARVALHO DUARTE DE SOUZA OLIVEIRA

ESCOLA DE INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA X EXTENSÃO RURAL:
A Educação a Distância como recurso

Natal/RN

2011

KENYA CARVALHO DUARTE DE SOUZA OLIVEIRA

**ESCOLA DE INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA X EXTENSÃO RURAL:
A Educação a Distância como recurso**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Educação a Distância, pelo Curso de Especialização em Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dra. Suely Scherer

Natal/RN

2011

Catálogo da Publicação na Fonte. EMATER / Biblioteca da Emater-RN

O48e Oliveira, Kenya Carvalho Duarte de Souza.

Escola de inclusão digital e cidadania x extensão rural : a educação a distância como recurso/ Kenya Carvalho Duarte de Souza. – Natal, 2011.

f 43

Orientadora: Prof^ª. Dra. Suely Scherer.
Trabalho de Conclusão de Curso em Educação a Distância na Universidade Federal do Paraná, 2011.

1. Educação – Inclusão Digital. – 2. Escola de Inclusão Digital e Cidadania. 3. Educação a Distância. 4. Assistência Técnica e Extensão Rural. I. Scherer, Suely. II. Título.

RN/EMATER/BIBLIOTECA

CDU 37:63.001.8(813.2)

Dedico este trabalho a Deus, a todos os colegas de trabalho e de curso e principalmente à minha família: Rodrigo, Livia e Júlia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus que sempre está ao meu lado me encorajando e fortificando diante das adversidades da vida.

Ao meu esposo, fiel companheiro que sempre está ao meu lado dando apoio, carinho e compreensão para que eu consiga atingir meus objetivos.

As minhas filhas que as amo muito. Livia com seu carinho, seus abraços, seus beijos... E Júlia que foi concebida no decorrer deste trabalho e que apesar dos obstáculos encontrados, ela nasceu forte e saudável!

Aos meus pais, sogros, irmã, cunhados, sobrinhos que os amos de coração.

Aos colegas de trabalho pela compreensão!

À Tutora Rosa Maria Zagonel pela insistência e compreensão a cerca dos obstáculos percorridos no final da gestação. Obrigada!

*"Porque melhor é a sabedoria dos que os rubis; e tudo o que mais se deseja não se
pode comparar com ela".
(Bíblia Sagrada – Provérbios 8:11)*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o funcionamento das Escolas de Inclusão Digital e Cidadania no município de Vera Cruz no estado do Rio Grande do Norte, identificando as possibilidades para que ocorra a inclusão digital e social nas comunidades rurais utilizando a educação a distância como recurso. O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater tem ferramentas que podem ser utilizadas para diminuir a exclusão digital e social no meio rural: o extensionista e o projeto EIDC. O extensionista rural, animador do processo, tem a capacidade de trabalhar as diversas tecnologias de informação e comunicação para capacitar o público-alvo da Emater. As escolas têm toda a estrutura física e tecnologia de informação e comunicação – TIC para que as pessoas tenham acesso. Os profissionais da Emater e as escolas de inclusão podem ser utilizadas como possibilidade para utilização da modalidade de EaD para favorecer a formação continuada dos membros de uma comunidade rural. Os cursos na modalidade a distância possuem uma grande aceitação, uma vez que a distância geográfica é esquecida tornando possível que pessoas sejam incluídas num processo educacional de qualidade.

Palavras-chave: Exclusão digital. Exclusão social. Escola de inclusão digital e cidadania. Educação a distância. Emater.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Norte com as 10 regiões da Emater.....	28
FIGURA 2 – Fotos de fachadas das EIDC.....	35
FIGURA 3 – Parcerias firmada pela Emater para o projeto EIDC.....	36
FIGURA 4 – Logotipo da EIDC.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
2 EDUCAÇÃO A	12
DISTÂNCIA.....	
3 INCLUSÃO DIGITAL E EXTENSÃO RURAL.....	17
3.1 EXTENSÃO RURAL	19
3.2 EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE E A ATUAÇÃO DA EMATER-RN.....	26
3.3 O PAPEL DO EXTENSIONISTA.....	31
3.4 AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA DO EXTENSIONISTA.....	33
4 ANÁLISE DE DADOS: O CASO DA EIDC DE VERA CRUZ.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado, em uma época voltada às questões tecnológicas e de cidadania, e o acesso à informação vem sendo pregado como pilar fundamental para a democracia e para que os cidadãos usufruam seus direitos sociais. Com todos os contrastes sócio-econômicos que o nosso país enfrenta, existe uma preocupação de evitar discriminações e garantir a inserção social de diversos segmentos da sociedade, sendo assim, se faz necessário pensar e discutir a inclusão digital.

A inclusão digital traz uma melhoria, na maioria das vezes, na qualidade de vida das pessoas. O ser incluído digitalmente tem mais oportunidades, seja no âmbito educacional ou no mercado de trabalho.

Inclusão digital é o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada à assimilação da informação e sua re-elaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (RIBEIRO, 2011, p.3)

A inclusão digital é uma ferramenta que traz possibilidades no ramo de negócios e na educação, entre outras. A educação a distância pode utilizar-se de tecnologias digitais como ferramenta para atingir um maior número de pessoas. Ou seja, é uma modalidade de educação inclusiva, uma vez que tem a finalidade, também, de trazer a inclusão social para as comunidades mais marginalizadas e de difícil acesso.

A população mais marginalizada no tocante a inclusão digital são as comunidades que estão distantes das grandes metrópoles brasileiras, onde o acesso à informação, tecnologia e educação é fácil. Neste sentido, no estado do Rio Grande do Norte têm-se as comunidades rurais, geralmente localizadas longe dos centros das cidades e longe das metrópoles. Nestas comunidades, a falta de acesso não é somente pela distância, mas também pela renda familiar que é baixa.

Assim, a extensão rural no Brasil tem sido usada desde a década de 50 como um instrumento capaz de ajudar ao homem do campo a ter acesso às tecnologias e políticas sociais existentes. A extensão rural tornou-se um mecanismo

poderoso para que as comunidades rurais pudessem praticar a cidadania com consciência.

A educação envolvida nesta dinâmica entre extensionista rural e produtor rural é bastante peculiar, sendo necessariamente participativa para que a aprendizagem ocorra. Freire (1971), afirma que a metodologia educacional a ser utilizada na extensão rural deveria se pautar na comunicação, na troca de informações, partindo sempre da construção do saber da comunidade envolvida no processo.

A metodologia utilizada pelo extensionista rural para o seu trabalho com as comunidades é bastante participativa. O profissional em extensão interage com a comunidade buscando soluções imediatas e incentivando a reflexão para o exercício da cidadania com consciência. Pode-se ressaltar que a inclusão social é uma das principais abordagens nos trabalhos destes profissionais.

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater) tem se preocupado com os novos “analfabetos digitais” e desenvolveu um projeto de inclusão social e digital. O projeto desenvolvido pela Emater para conter o crescimento da exclusão digital é o das Escolas de Inclusão Digital e Cidadania – EIDC, que estão em mais de 100 municípios do estado, construídas preferencialmente nas zonas rurais. Nestas escolas, a população tem disponíveis os seus serviços como: curso de informática básica, Xerox, utilização de internet para serviços de CAERN, COSERN, DETRAN, Receita Federal, além de contar com uma equipe de profissionais para auxiliar os monitores locais na criação de novos cursos.

Desta maneira, esta pesquisa objetiva analisar o funcionamento das Escolas de Inclusão Digital e Cidadania para identificar possibilidades de desenvolvimento de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), atendendo as necessidades locais de formação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Podemos utilizar a internet como uma ferramenta social para que a educação de qualidade envolva todas as classes sociais sem marginalizar os cidadãos de zonas rurais, uma vez que este público encontra-se, na maioria das vezes, longe de grandes centros urbanos. Desta forma, esta pesquisa busca responder a seguinte questão:

Como a EIDC de uma comunidade rural do Rio Grande do Norte pode usar a modalidade de EaD para a formação continuada dos membros da comunidade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o funcionamento das EIDC no estado do Rio Grande do Norte, identificando possibilidades de usar a modalidade de EaD para favorecer a formação continuada dos membros de uma comunidade rural.

1.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar o funcionamento das Escolas de Inclusão Digital e Cidadania, identificando a relação entre as suas ações e objetivos de criação.
- Identificar o modelo pedagógico de EaD adequado ao perfil da comunidade estudada, para cogitar a respeito de se fazer extensão rural, com foco na formação continuada da comunidade por meio da EaD.
- Propor diretrizes para projetos de formação continuada na modalidade de EaD nas zonas rurais.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância não é algo novo, é uma modalidade de educação em que se faz possível a construção e a transmissão do conhecimento entre pessoas em diferentes tempos e espaços físicos. Atualmente ela vem sendo modernizada para que possa oferecer educação com qualidade, tornando-se cada vez mais eficiente e eficaz para um número maior de pessoas.

A educação a distância possui uma ampla história. Por volta do final do século XVII é possível encontrar experiência com educação por correspondência marcando seu início.

A teleducação¹ teve seu primeiro impulso massivo quando, no começo deste século, o serviço de correios alcançou um grau razoável de penetração e confiabilidade, em vários países europeus e nos Estados Unidos. A expansão dos correios unida a demanda por uma força de trabalho tecnicamente mais capacitada, permitiu o nascimento da *educação por correspondência*; aí se aboliu de vez o princípio da coexistência do professor com o aluno num mesmo lugar, como *única* forma de educar. (BORDENAVE, 1987, p.14, grifo nosso)

No Brasil, a educação nesta modalidade surge por volta de 1904 com as escolas internacionais onde o ensino era realizado por meio da correspondência. Em 1939, foi fundada o Instituto Monitor que utilizava o rádio como instrumento de ensino-aprendizagem no período da II guerra mundial. Logo em seguida temos o Instituto universal Brasileiro que atua ainda nos dias de hoje oferecendo cursos técnicos e profissionalizantes via correspondência.

No Brasil, a EAD aparece no século passado, por volta de 1904. Na ocasião escolas internacionais que eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência. Trinta anos mais tarde, em 1934, já mais concretamente, e a vez do Instituto Monitor iniciar suas atividades e em 1939 o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo. (COSTA ; FARIA, 2008, p.3)

¹ Denominação dada pelo autor para EaD

No período que correspondeu à segunda guerra mundial foi possível ver o grande salto da educação nesta modalidade na maioria dos países, neste período foram crescentes os cursos formais.

É bom ressaltar que o início desta modalidade se deu, sobretudo na educação não-formal, trazendo cursos por correspondência; os professores mandavam instruções via correios e os alunos retornavam com as provas e exercícios. Aos poucos o telefone e o rádio foram inseridos. Nos dias de hoje tem aumentado a oferta de ensino formal a distância pelo fato de que há pessoas que estão longe dos grandes centros urbanos, nos casos das zonas rurais mais afastadas, ou não possui tempo disponível para frequentar uma escola regular.

[...] ela amplia oportunidades onde os recursos são escassos, permitindo uma educação mais eqüitativa; familiariza o cidadão com tecnologias que estão no seu cotidiano; dá respostas flexíveis e personalizadas a uma diversidade cada vez maior de tipos de informação, educação e treinamento, e oferece meios de atualizar rapidamente o conhecimento técnico (NEVES, 1996, p.34)

A diversidade de público, a inserção social, e as possibilidades de competir no mercado de trabalho, frente ao tempo escasso e um público que cada vez mais jovens adentra ao mundo do trabalho, a EaD possui grande importância por tornar possível no pouco tempo disponível para os estudos, a profissionalização. Uma vez que nesta modalidade o aluno faz o seu horário.

Para isso são necessários vários instrumentos para garantir resultados positivos; o estudo prévio para definir as tecnologias a serem utilizadas, a capacitação de tutores, o *design* gráfico, entre outros elementos, que vão tornar possível um maior aproveitamento do processo de ensino e de aprendizagem.

Segundo Rodrigues (1998), pode-se dizer que a EaD possuiu vários momentos onde foi utilizadas tecnologias diferentes, a autora afirma que esta modalidade passou por três gerações. A primeira geração foi até 1970 onde sua principal característica era o estudo por correspondência, no qual o principal meio de

comunicação eram materiais impressos, geralmente um guia de estudo, com tarefas ou outros exercícios enviados pelo correio.

A segunda geração iniciou em 1970 e foi marcada pelo surgimento das primeiras Universidades Abertas, com design e implementação sistematizadas de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo.

Já em 1990, foi quando iniciou a terceira geração que está baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia. Rodrigues (1998), afirma ainda que “não há necessariamente a substituição de uma alternativa pela outra, o que acontece é que as novas alternativas vão incorporando e ajustando as anteriores e criando um novo modelo”.

Atualmente, vários países adotam esta modalidade de educação em todos os níveis de ensino, em cursos formais e não-formais para atender milhares de pessoas que por algum motivo, seja de localidade, tempo ou financeiro possa ter acesso aos diversos cursos para aperfeiçoar suas habilidades.

As tecnologias utilizadas para se tornar possível um curso nesta modalidade vem crescendo e sendo cada vez mais atualizada. As interações por meio de recursos tecnológicos disponíveis para o ambiente virtual são capazes de interagir positivamente às trocas individuais e em grupos nas pesquisas e construções de saberes.

Não se pode esquecer que a EaD teve um grande salto devido, também, as inovações tecnológicas que ocorreram nos últimos anos. A globalização e a tecnologia trouxeram benefícios na introdução da informação e comunicação como ferramenta na educação. A velocidade de transmissão de dados tem proporcionado uma abertura para que se possa utilizar de forma eficaz e eficiente a modalidade a distância, é o que se pode chamar de “estar perto mesmo estando longe”. Desta forma a inovação tecnológica vem mudando todos os setores da sociedade tornando os processos de informação e comunicação cada vez mais dinâmicos interferindo na economia, e nas relações sociais.

A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender as novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial. (BELLONI, 2001, p.3)

O uso das tecnologias de informação como ferramenta do processo de aprendizagem vem sendo promulgada como um pilar fundamental para garantir o exercício legal da cidadania e da democracia, tornando possível o acesso a diversas informações, sobretudo os direitos sociais e a educação.

A educação vem se apropriando dos meios tecnológicos tornando possível o aperfeiçoamento na aprendizagem tanto do aluno como do professor. Para o aluno a transmissão de informações em sala de aula torna-se, muitas vezes, desmotivador, sendo assim as diversas possibilidades de utilização dos recursos tecnológicos torna o aprender mais promissor e motivador.

Neste contexto, a EaD faz uso das diversas tecnologias, principalmente a internet, para vencer barreiras de distância, inserindo socialmente a população mais afastadas dos centros urbanos.

Pensar em EaD nos dias de hoje é necessário para pensar na inclusão social. Hoje em dia, a maioria dos cursos que temos na modalidade de educação a distância, seja profissionalizante, graduação ou pós-graduação tem como ferramenta

fundamental a internet. Deve-se perceber e analisar que ainda temos muita exclusão digital no país, são pessoas que não tem acesso financeiro para adquirir uma máquina e/ou que não tem o conhecimento básico para operá-la, sem esquecer que a conexão à internet gera custos. No Brasil, devido a sua extensa área territorial e aos contrastes econômico onde a concentração de riqueza está nas mãos de poucos, a exclusão digital está bem presente na sociedade.

3 INCLUSÃO DIGITAL E EXTENSÃO RURAL

As comunidades rurais do nordeste brasileiro ainda se encontram bastante castigadas por diversos fatores, como: baixa produtividade, problemas com água, baixa tecnologia, falta de manejo sustentável às culturas e criações culminando no empobrecimento do solo e escassez de recursos naturais, e principalmente a alta taxa de analfabetismo.

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – Emater tem como missão contribuir e promover o agronegócio e favorecer o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar sócio-econômico dos usuários (agricultores familiares, principalmente), estimulando a participação dos atores e sujeitos sociais no desenvolvimento local sustentável. Os valores como: compromisso, credibilidade, ética, valorização da cultura e do saber, valorização das pessoas, equidade, inclusão social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável Emater (2007), fazem parte desta instituição e de suas ações desenvolvidas com jovens, mulheres e homens que vivem da agricultura, pesca ou extração vegetal.

O estado é subdividido em 10 regiões que coordenam e articulam junto ao escritório central (Natal) as ações desenvolvidas com os usuários; em 2006 eram 148 escritórios no estado e 167 municípios assistidos.

As ações e programas que a EMATER-RN trabalha são voltadas para o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar frente à sustentabilidade do meio ambiente, levando em conta os aspectos sócio-econômicos e culturais das comunidades assistidas. Estes são alguns dos programas e ações desenvolvidas: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Crédito Fundiário, Seguro Safra, Compra Direta Local da Agricultura Familiar, Escola de Inclusão Digital e Cidadania, Desenvolvimento Territorial, Fome Zero, Proagro Mais, Agroindustrialização Familiar, Turismo Rural, Qualidade de Vida e Promoção à Saúde no Trabalho – Ser Viver, Banco de Sementes, Programa Luz para Todos, Renques e Barramentos, Hortas Comunitárias, e outros Emater (2007),

O profissional em extensão rural possui um importante papel no desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade, em que é visto como uma figura responsável, ética e capacitada para trabalhar desenvolvendo ações de conscientização, sensibilização, de cunho sócio-econômico. O objetivo deste trabalho é que os usuários possam melhorar sua qualidade de vida conhecendo seus direitos e deveres, bem como técnicas capazes de melhorar a produtividade sem contaminar o ambiente.

Segundo Caporal (1991,2002) o extensionista deve ter como base do seu trabalho a consciência política, o trabalho participativo e a educação dialógica.

O Extensionista Rural deve ser bastante comunicativo para utilizar as metodologias participativas em suas reuniões e eventos, deve ser um animador do processo de conhecimento, viabilizando a construção e a reflexão com a comunidade tornando viável o desenvolvimento sustentável. Lembrando que o agricultor é sujeito e ator da mudança promovendo o desenvolvimento da comunidade.

[serviços de ATER] devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. (BRASIL, 2004, p.6)

A Escola de Inclusão Digital e Cidadania – EIDC – é um projeto educacional que tem o objetivo de levar às comunidades rurais do estado do Rio Grande do Norte a inclusão social e digital, possibilitando o desenvolvimento dos municípios que possuem o projeto. “Este projeto traz em seu bojo, uma nova visão da sociedade, fundamentada na perspectiva da pluralidade e integralidade, onde o sinergismo entre Ciências/Tecnologia e Recursos Humanos, faz a diferença, sendo a chave para se adentrar em um novo mundo, em que o progresso é sinônimo de inclusão”².

² Disponível em: <http://sites.denilton.org/eidc/#_ftn1> Acesso em: 10/09/2010

Até o início de (2011) serão cerca de 120 escolas espalhadas pelos municípios norte-rio-grandenses. As escolas são equipadas com 12 computadores conectados a internet, além de uma impressora multifuncional e projetor multimídia.

Com toda esta estrutura oferecida às comunidades para terem acesso ao mundo digital, é necessário pensar mais adiante. Uma das possibilidades é pensar na formação da comunidade, a partir de processos de Educação a Distância.

Não se pode esquecer que a EaD não é algo novo no Brasil, mas o seu crescimento tem se intensificado depois que foi normatizado o seu funcionamento. Com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” a EaD inicia o seu processo de normatização para que funcione com qualidade. “Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada (BRASIL, 1996)”.

A educação a distância é uma modalidade de educação inclusiva, uma vez que tem a finalidade, também, de trazer a inclusão social para as comunidades mais marginalizadas e de difícil acesso.

Não só as comunidades ribeirinhas, principalmente no caso da região norte, como as comunidades rurais do nordeste, podem ter acesso a diversos tipos de cursos seja para concluir o ensino médio, graduação, profissionalizante, e outros, melhorando cada vez mais o nível educacional da população. Também pode abrir portas para o mercado de trabalho, uma vez que os professores não necessitam estar presentes todos os dias com seus alunos no espaço físico em que estes se encontram.

Art. 01º Para fins deste Decreto caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2009).

3.1 EXTENSÃO RURAL

A Extensão Rural, segundo Silva Filho (2005), tem sua origem na Irlanda, entre 1845 e 1850, quando o país passa por uma crise social onde a principal base da alimentação dos nativos, a batata, é acometida por uma praga chamada de “ferrugem na batata” e isso culminou com a deficiência na alimentação, saúde e bem-estar das comunidades. Com uma ação emergencial, o então governador da Irlanda Conde de Clarendon escreveu uma carta ao presidente da Real Sociedade de Melhoramento Agrícola de Irlanda onde continha informações emergenciais para a superação da crise. Então o governador propôs a capacitação de equipes que iriam trabalhar com os agricultores das áreas mais afetadas.

[...] um grupo de pessoas deva ser escolhido, possuidoras de um sólido conhecimento prático dos sistemas aperfeiçoados de agricultura aplicável a Irlanda e de uma educação geral que as permita comunicar oralmente aquela informação de modo satisfatório. (SILVA FILHO, 2005, p. 75)

Esta experiência da Irlanda condiz com a prática do extensionista uma vez que, conforme Silva Filho (2005), foi recrutado um grupo de profissionais (extensionistas) com conhecimento técnico e capaz de transmiti-lo de forma clara e objetiva, utilizando métodos demonstrativos. As reuniões eram feitas em locais como escolas, onde os líderes comunitários tinham a função de convocar a comunidade para os treinamentos.

Já a extensão rural brasileira surgiu num momento em que as desigualdades sociais se tornaram mais visíveis devido, sobretudo, ao avanço do capitalismo. Este sistema pregava a lucratividade das empresas a todo e qualquer custo, explorando os recursos naturais e a mão-de-obra existente, gerando pobreza e fome, uma vez que aumentava as desigualdades sociais. Para mascarar tais aspectos negativos do capitalismo, os Estados Unidos, por exemplo, adotaram a prática da filantropia (hoje chamada de responsabilidade social) para com outros países ditos subdesenvolvidos. A ideia era a de que as empresas investissem uma parte do seu capital para financiamento de projetos e ações humanitárias que também funcionavam no exterior.

Tal fato ocorreu porque em meados do século XIX, os Estados Unidos avançaram muito nas desigualdades sociais, devido ao crescimento rápido do capitalismo no país. Assim, a filantropia usada pelos Estados Unidos era,

geralmente, direcionada aos países subdesenvolvidos; marcada por uma ideia de generosidade e ajuda para que a população se auto-desenvolvesse, mas por traz disto, os capitalistas norte-americanos estavam “de olho” nas riquezas naturais, na força de trabalho e, principalmente, no mercado consumidor.

No Brasil, a atuação da filantropia norte-americana trouxe a *American International Association for Economic and Social Development* - AIA (Associação Internacional Americana para o desenvolvimento social e econômico), fundada por Nelson Rockefeller³ como mecanismo de ajuda humanitária à população marginalizada dos grandes centros urbanos, que aumentava decorrente das migrações do campo para as cidades; estas que estavam em processo de industrialização, atraindo inclusive a mão-de-obra do meio agrário. Com a intervenção da família Rockefeller junto aos trabalhos filantrópicos de AIA pode-se vislumbrar o surgimento da extensão rural brasileira, com a finalidade de propiciar matéria prima necessária por meio da agricultura para as indústrias; pois, nesta época, o Brasil começava a se industrializar (SILVA FILHO, 2005).

A AIA, de acordo com Oliveira (1999), era uma associação americana filantrópica que atuava principalmente nos países subdesenvolvidos tendo a finalidade de promover o desenvolvimento social e econômico dos povos. Assim, se trabalhava com prevenções, profilaxias, em saúde, nutrição, economia doméstica e técnicas de agricultura. Esta associação trabalhava tanto para os grandes proprietários como para os pequenos. A atuação era voltada, principalmente, para os agricultores levando treinamento e pacotes tecnológicos para a produção em larga escala e sem esquecer a parte social que era o trabalho voltado à economia doméstica, nutrição e saúde, ou seja, para os agricultores pobres era dada assistência a toda família.

Nos países que adotaram o capitalismo, havia a necessidade de expansão de mercados, aumento da produtividade e produção em larga escala de alimentos.

³ A família Rockefeller foi uma família de industriais norte-americanos que dominou a indústria petrolífera nos Estados Unidos no final do século XIX. Possuindo uma das maiores fortunas do mundo, dedicou-se, em seus últimos anos à filantropia. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/os-rockefeller.htm>> Acesso em: 05/09/2007

Este seria o maior interesse dos Estados Unidos, conforme Caporal (1991), ao “auxiliar” um país subdesenvolvido como o Brasil que possuía riquezas em recursos naturais e terras cultiváveis, os Estados Unidos estava atentos aos seus próprios interesses capitalistas. Com esta filosofia, Nelson Rockefeller afirmava, em janeiro de 1945:

[...] que somente com a expansão da indústria e da agricultura e com um intercâmbio educacional [...] temos esperança de alcançar a estabilidade econômica, social e política entre as nações do hemisfério. Sem isso, nunca poderemos realizar a verdadeira união americana (TOTA, 2005, p.114)

A Extensão Rural no Brasil surgiu, de fato, em 06 de dezembro de 1948 com objetivo de incentivar a produção de alimentos em larga escala, para atender ao seu processo de industrialização que precisava de mão-de-obra e matéria-prima⁴. Tal fato ocorreu porque Milton Campos, governador de Minas Gerais (1947-1951) (OLIVEIRA, 1999, p.120) instituiu um Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção com finalidade de fixar o homem no campo diminuindo o êxodo rural e melhorando a qualidade da produção agrícola. Desta forma fez um acordo com AIA e criou a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR.

É o Estado de Minas Gerais que cria, em 6 de dezembro de 1948, a Associação de crédito e Assistência Rural (ACAR), através do convênio entre o governo mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), instituição esta fundada pela família Rockefeller. O convênio propõe “estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilite a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural” (CALLOU, 2005, p. 04)

O trabalho da ACAR era voltado para o crédito rural onde um técnico explicava como o produtor deveria gastar o dinheiro na propriedade. Segundo Oliveira (1999), até os gastos dos produtores eram controlados por equipes técnicas de uma agência local, que tinha autoridade sobre as contas dos agricultores. A equipe era formada por um extensionista rural e uma extensionista social; importante

⁴ O Brasil era um país de características rurais, e quando tem o início da industrialização se faz necessário a absorção de mão-de-obra o que ocasionou, em muitas regiões, o êxodo rural diminuindo consequentemente a produção agrícola.

salientar que o primeiro era do sexo masculino, com atuação técnica junto ao homem do campo e a segunda, do sexo feminino, com atuação social junto à mulher do campo.

[...] o agrônomo quando em visitas às propriedades era acompanhado da extensionista social. As suas ações se completavam, pois aos agrônomos e técnicos agrícolas cabia atividades relacionadas com as tecnologias agropecuárias, crédito rural [...] As Extensionistas Sociais [...] cuidavam da transformação de alimentos, seus melhores aproveitamento, e de questão básica de saúde e higiene. (SILVA FILHO, 2005, p.32-33)

Com pouco tempo a filosofia da extensão rural disseminou no Brasil e alguns organismos foram criados, como: a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR (criada com apoio do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e AIA, em 1954, sendo a sede na cidade do Recife), com a perspectiva, segundo Callou (2005), de “ajuda técnica e financeira”; e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (em 1956) que, além de ajuda técnica e financeira, tinha o ideal de “difusão de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira, em termos de modernização” (CALLOU, 2005, p.5). Em 1974, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural transformou-se em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Logo após a sua transformação em EMBRATER, foram criadas as EMATERs nos estados brasileiros, em substituição as ANCARS.

Cabe destacar que, segundo Miziara e Santana (2006), o Sistema ABCAR buscava alinhar-se ao modelo de modernização conservadora (tradicional) que possuía o apoio e o financiamento do Estado com o intuito de utilizar o crédito com a finalidade de modernizar (máquinas e equipamentos) a agricultura para que houvesse um produto excedente comercializável. Neste contexto de modernização, a extensão rural voltou-se para os médios e grandes proprietários já que poderiam se enquadrar nas exigências bancárias para a liberação de crédito, passando o extensionista a atuar individualmente com cada produtor em visitas para orientações técnicas, assim o trabalho social com os pequenos agricultores e suas famílias ficou prejudicado.

Com a criação da EMBRATER e a extinção da ABCAR, o novo sistema elege como prioritárias algumas diretrizes e estratégias, dentre elas, prioridade aos pequenos e médios produtores rurais, aos agricultores e

trabalhadores rurais sem terra e às famílias dos agricultores assistidos representados pelas mulheres e jovens rurais. (MIZIARA ; SANTANA, 2006, p. 04)

De acordo com Miziara e Santana (2006) a transformação de ANCAR para EMATER coube aos estados federativos para que as instituições estaduais se enquadrassem as mesmas peculiaridades ocorridas na transformação do órgão regulador. É interessante abordar que esta transformação foi para que a instituição de regulamentação da extensão rural se enquadrasse juridicamente⁵ e colocando as diretrizes inovadoras para adequação da nova proposta da extensão rural.

As EMATER deveriam substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR, ASCAR, ANCAR) que eram associações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, ao passo que as EMATER eram empresas públicas estaduais, com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo da EMBRATER (MIZIARA ; SANTANA, 2006, p. 04)

A extensão rural trabalhada por essas instituições mencionadas anteriormente, segundo Caporal (1991), parte do princípio pedagógico de “estender” à população, noções básicas para uma melhoria na qualidade de vida⁶ e da produção; ou seja, ensinando sobre agricultura, pecuária e economia domésticas aos adultos e jovens no meio rural; possibilitando uma melhoria na produção e na produtividade; e levando a qualidade de vida da família do campo.

A maior crise da extensão rural no Brasil foi em 1990, quando o então presidente Fernando Collor de Melo extinguiu a EMBRATER, “deixando as atividades de Extensão à deriva nos estados” (CALLOU, 2005, p.6). Assim, “extinção de um sistema de gestão nacional fez com que cada estado da Federação buscasse sua própria resposta para a necessidade de manter a extensão rural” (MIZIARA; SANTANA, 2006, p. 07).

Conforme Caporal (2002, p.03) afirma: “tanto a Constituição de 1988, quanto a Lei Agrícola de 1991, determinam que o Estado mantenha serviços de ATER

⁵ Conforme Silva Filho (2005) a mudança foi necessária para que facilitasse a captação de recursos, antes era uma associação sem fins lucrativos, agora passa a ser uma empresa pública.

⁶ Qualidade de vida é entendida pela autora deste trabalho como uma forma de uma melhoria no dia-a-dia do indivíduo nos aspectos psicológicos, financeiro, de trabalho, de saúde para que possa ser desfrutado de uma maior expectativa de vida, diminuindo assim, o nível de estresse e de doenças.

pública e gratuita para os pequenos agricultores”, mas não foi o ocorrido, alguns estados não continuaram com o serviço de ATER pública.

Desde então, as instituições de Extensão Rural que continuaram atuando no campo enfrentaram inúmeros problemas com o próprio desmonte decorrente das políticas econômicas. Neste período, o neo-liberalismo traz à tona a deficiência que o Estado possuía em administrar as instituições governamentais e ocorre o sucateamento. Na extensão pública não foi diferente, muitas EMATERs fecharam por não terem condições mínimas de trabalho, faltava gasolina para os carros, material de expediente. Segundo Miziara e Santana (2006) os órgãos de extensão pública que conseguiram “sobreviver” a este período foi com ajuda de parceiros, prefeituras, uma vez que os estados não conseguiam administrar sozinhos.

No início do ano 2000, discutia-se muito acerca das políticas públicas como forma de inclusão social, efetivação dos direitos básicos (saúde, previdência, educação) e amenizar a desigualdade social crescente no Brasil. Essas discussões não tiveram início por si só, mas devido aos atores e sujeitos sociais que buscavam por seus direitos organizando-se em movimentos sociais para tal. Neste contexto de mobilização social, foram feitos diversos estudos e conferências para que as políticas sociais fossem criadas e implementadas.

Assim, a extensão rural pode contar com duas políticas bem importantes para o trabalho na extensão, uma era voltada para a assistência técnica (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER) e outra voltada para a alimentação (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Esta incentiva a plantação de horta e pomares domésticos nos parâmetros da agroecologia; enquanto a primeira tem como principal bandeira melhorar a assistência técnica sem desconsiderar a regionalidade e a cultura. Ambas trazem um novo discurso de inclusão das minorias sejam mulheres, quilombolas ou índios.

A nova Ater nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. (BRASIL, 2004, p. 03)

Para melhor implementar tais medidas que foram construídas de forma participativa com a sociedade civil, governo e ONGS, foi necessário um estudo e a criação de um Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Em consonância com as definições políticas do governo federal, tais como a segurança alimentar, a importância estratégica das unidades familiares de produção e o estímulo a agriculturas de base ecológica, além do trabalho com grupos sociais específicos, iniciou-se a elaboração deste Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater). O programa propõe um conjunto de ações, dando operacionalidade a uma política pública fundamental para o desenvolvimento do país. (BRASIL, 2005, p.02)

Conforme Silva Filho (2005), não existia políticas voltadas às famílias do campo, mas hoje isto é uma realidade, todas as instituições que trabalham com extensão rural são atores desta política. A maioria dos programas e projetos desenvolvidos a partir das diretrizes da PNATER e que possuem financiamento federal é gerenciado pelas EMATERs. Mais adiante será feito um apanhado da criação e do trabalho da EMATER no estado do Rio Grande do Norte.

3.2 EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE E A ATUAÇÃO DA EMATER-RN

A Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) chegou ao Rio Grande do Norte no ano de 1955; antes de sua chegada, foram feitos estudos técnicos para ser definida a área de atuação. No mês de dezembro do referido ano foram iniciados os trabalhos, a equipe pioneira foi formada no município de Santa Cruz na região Trairí. De imediato formou-se uma equipe regional (em Santa Cruz) e cinco locais: Currais Novos, Nova Cruz, Santa Cruz, São Paulo do Potengi e São Tomé (SILVA FILHO, 2005), para estes municípios serem contemplados com um escritório era necessário a parceria com a prefeitura, uma vez que as instalações físicas, mobílias e transporte eram de responsabilidade dela.

Nos dois anos subseqüentes, os cinco escritórios implantados no Rio Grande do Norte atuaram normalmente com a supervisão do escritório Regional de

Santa Cruz e por sua vez tendo orientações do Escritório Central da ANCAR localizado em Recife (SILVA FILHO, 2005). Em 1958, o governo do Estado celebrou um convênio com a ANCAR e criou a ANCAR-RN com administração no estado, neste mesmo ano, com a nova administração a atuação da extensão foi ampliada para os municípios de Santo Antônio, Natal e Pium.

A ANCAR-RN passou a se chamar EMATER-RN e foi instituído por intermédio da Lei nº 4.484 de 23 de setembro de 1975 (SILVA FILHO, 2005). Conforme dito anteriormente, Silva Filho (2005) coloca que a transformação foi necessária para que houvesse agilidade operacional dos recursos, então a ANCAR, que era uma sociedade civil subsidiada pelo poder público passa a ser denominada EMATER e ser tratada como Empresa Pública.

A EMATER-RN tem como público os agricultores proporcionando a transferência de tecnologias e conhecimento capaz de melhorar a produção e a produtividade priorizando a agricultura tradicional. Os funcionários deste órgão possuíam salários altos em face ao trabalho insalubre e a qualificação, uma vez que os servidores participavam de capacitações e treinamentos contínuos (SILVA FILHO, 2005).

Em 1993, a EMATER-RN sofre mais uma modificação, e passa a ser uma Autarquia Estadual com a denominação de *Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural*. A EMATER-RN encontra-se em mudanças, repensando suas práticas. Hoje esta Autarquia sofreu um processo de reestruturação pelo Governo do Estado resultando num melhoramento da assistência técnica oferecida, reconhecimento nacional da qualidade e capacidade de atender as demandas oriundas do meio rural. Houve ainda a contratação de 120 extensionistas por meio de um concurso público, capacitação dos servidores, bem como, o curso de Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. A nova diretoria da empresa tem implementado um modelo de gestão onde os investimentos são nas pessoas (capacitações, qualidade de vida), tecnologia e instalações com a finalidade de que esses investimentos venham a refletir na assistência oferecida.

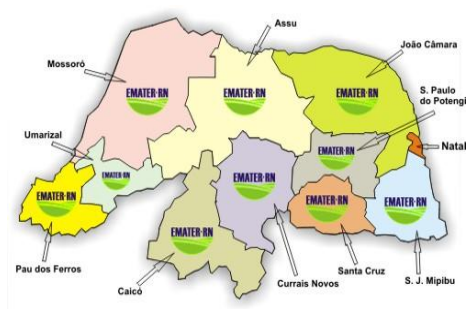
As realizações ocorridas nesta gestão ainda não foram todas as esperadas, mas foi o primeiro passo para outras concretizações que estão por vir, é o caso da ativação do Plano de Cargos e Salários que um grupo de estudos já está organizando as modificações necessárias para entrar em vigor e com isso o extensionista voltará a ter uma remuneração valorizada e digna pelo trabalho exercido (EMATER, 2007).

Atendendo aos princípios (agroecologia, metodologias participativas entre outros) da nova extensão rural que o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA vem procurando difundir desde 2005 (CAPORAL, 2006), a EMATER-RN tem procurado adotar um modelo de desenvolvimento sustentável onde os profissionais passam a preocupar-se com o meio ambiente trazendo mecanismos agroecológicos para ser trabalhado com os agricultores familiares.

EMATER-RN tem como missão contribuir e promover o agronegócio e favorecer o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar sócio-econômico dos usuários (agricultores familiares, principalmente), estimulando a participação dos atores e sujeitos sociais no desenvolvimento local sustentável. Os valores como: compromisso, credibilidade, ética, valorização da cultura e do saber, valorização das pessoas, eqüidade, inclusão social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (EMATER, 2007, p.13), fazem parte desta instituição e de suas ações desenvolvidas com jovens, mulheres e homens que vivem da agricultura, pesca ou extração vegetal.

O estado é subdividido em 10 regiões que coordenam e articulam junto ao Escritório Central (Natal) as ações desenvolvidas com os usuários, em 2006 eram 148 escritórios no estado e 167 municípios assistidos.

FIGURA 01 – Mapa do Rio Grande do Norte com as 10 regiões da Emater



As ações e programas que a EMATER-RN trabalha são voltados para o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar frente à sustentabilidade do meio ambiente, levando em conta os aspectos sócio-econômicos e culturais das comunidades assistidas. Estes são alguns dos programas e ações desenvolvidas: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Crédito Fundiário, Seguro Safra, Compra Direta Local da Agricultura Familiar, Alfabetização de Jovens e Adultos – Letras do Campo, Escola de Inclusão Digital e Cidadania, Protagonismo Juvenil, Desenvolvimento Territorial, Fome Zero, Proagro Mais, Agroindustrialização Familiar, Turismo Rural, Qualidade de Vida e Promoção à Saúde no Trabalho – Ser Viver, Banco de Sementes, Programa Luz para Todos, Agrinho, Renques e Barramentos, Hortas Comunitárias, e outros (EMATER, 2006).

As Escolas de Inclusão Digital e Cidadania – EIDC possuem o objetivo de inserir as comunidades rurais num mundo globalizado tornando possível uma asserção social do sujeito.

A inclusão digital é um caminho para que seja possível a diminuição das barreiras sociais dando possibilidades para ampliar o conhecimento e as informações. É nesta visão que as EIDC trabalham nas comunidades rurais, na maioria das vezes a população carece de mecanismos e instrumentos para saírem da exclusão. Exclusão digital não é apenas o pouco acesso em adquirir tecnologia, mas também de não saber operá-las.

O projeto das Escolas de Inclusão Digital e Cidadania (EIDC) completou, neste ano, 5 anos de funcionamento. Embora seja um projeto novo e audacioso em fase de crescimento, pode-se considerar que está bem consolidado do ponto de vista de sua estrutura física, e sua proposta didático pedagógica e social. Os investimentos em equipamentos e pessoal se fazem necessário o seu desenvolvimento.

Ao longo dos 5 anos de funcionamento, a escola contribuiu de forma concreta nas comunidades onde estão inseridas melhorando a oferta de serviços e cursos para diminuir a exclusão nos grande centros rurais.

Há hoje, em média, 121 Escolas de Inclusão Digital e Cidadania em mais de 110 municípios do estado do Pará.

O público alvo beneficiado são as pessoas de baixa renda priorizando as famílias de agricultores participantes do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Para um melhor funcionamento das escolas, o gerenciamento é feito de forma sistemática entre Emater, monitores e prefeitura. O coordenador estadual conta com o auxílio imediato de dois colaboradores, além de um servidor da emater por região administrativa denominado “coordenador pedagógico”⁷. Para se ter uma melhor utilização do espaço e dos recursos públicos, cada escola deve formar um conselho gestor que tomará as decisões de funcionamento sempre obedecendo a critérios como a carga horária dos monitores, e as contrapartidas entre estado (Emater) e prefeitura municipal. O Conselho é formado por no mínimo 5 pessoas onde o técnico do escritório local da Emater é o presidente, as demais serão representantes da prefeitura, do sindicato dos trabalhadores rurais, organizações não governamentais, sociedade civil.

O horário de funcionamento, e normas de utilização das escolas é definido pelo Regimento Interno e pelas Normas de Funcionamento. Esses documentos são construídos entre coordenador pedagógico, e conselho gestor obedecendo a utilização dos três turnos.

A seleção de monitores em todo estado é realizado mediante formação de comissão através de portarias publicada no diário oficial do estado, a comissão analisa currículo e faz entrevistas grupais para observar a postura do candidato, o perfil pedagógico, o nível escolar, a capacidade de transferir e construir com os alunos, a dinamicidade e o conhecimento em informática.

O resultado é homologado em diário oficial e os selecionados são treinados em regime de internato num curso intensivo de 60 horas que é repassado não só conteúdo de informática básica, mas noções de manutenção da máquina, didática, dinâmicas grupais, além de noções de cidadania e ética.

⁷ Preferencialmente são funcionários da área social do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, podendo com formação em pedagogia, serviço social ou nutrição.

3.3 O PAPEL DO EXTENSIONISTA

Diante das transformações históricas na extensão rural brasileira tornava-se essencial que houvesse a discussão do papel do extensionista nesta nova realidade, conforme mencionado anteriormente, o profissional de extensão rural possui uma grande responsabilidade, ser bem capacitado para que possa desenvolver seus trabalhos com ética desenvolvendo ações que tenha o usuário como sujeito do processo, para que seja necessária a construção do conhecimento, da conscientização e da sensibilização de cunho sócio-econômico.

Segundo Caporal (1991, 2002), estes profissionais necessitam romper com o modelo difusionista-inovador, neste modelo o extensionista “estende” seu conhecimento persuadindo os agricultores (não percebidos como sujeitos ativos do processo de aprendizagem) a abandonarem suas crenças e utilizarem a nova técnica posta.

As crises econômica e socioambiental geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento, recomendam uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos (BRASIL, MDA, 2004, p.05)

O Extensionista Rural deve ser bastante comunicativo para utilizar as metodologias participativas em suas reuniões e eventos, deve ser um animador do processo de conhecimento, viabilizando a construção e a reflexão com a comunidade tornando viável o desenvolvimento sustentável. Lembrando que o agricultor é sujeito e ator da mudança promovendo o desenvolvimento da comunidade.

[serviços de ATER] devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. (BRASIL, 2004, p.06)

O papel do extensionista rural é bastante importante uma vez que este é o profissional que tem acesso à vida privada dos agricultores, participando das angústias e conflitos, trabalhando também como um mediador em várias situações, para isso esse profissional deve adquirir uma interdisciplinaridade em sua formação para que possa estar preparado para o dia-a-dia do meio rural. Paulo Freire (1971) afirma que o papel do extensionista é como um mediador e a própria extensão rural é como um processo de educação participativa.

[...] exige uma nova postura institucional e um novo profissionalismo, que esteja centrado em uma práxis que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegure a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica, e acessíveis ao conjunto da população. (BRASIL, 2004, p.06)

Desta forma, a extensão rural vem se configurando e necessitando de profissionais que sejam capazes de trabalhar com esta nova abordagem no auxílio e na viabilização de estratégias que levam a geração de renda agrícola ou não agrícola no meio rural. Essa nova diretriz é estabelecida levando em consideração às “novas ruralidades”, em que aquele morador do sítio pode ter uma lanchonete, por exemplo, e não se dedicar à agricultura ou à criação. Esta é uma demanda que esta sendo configurada no meio rural.

Além da atenção aos temas das “novas ruralidades” encontradas no meio rural, o extensionista deve se preparar e ter noção em várias áreas do conhecimento para poder desempenhar um papel de articulador das políticas públicas e um animador nos processos de participação popular para o fortalecimento da cidadania, atentando, sempre, respeitando às diferenças regionais, diversidades socioeconômicas e ambientais de uma dada comunidade (BRASIL, 2004).

Só fazem sentido serviços públicos capazes de apoiar estratégias destinadas a dar suporte a setores mais debilitados do meio rural e a promover a proteção e recuperação do meio ambiente, pois como vimos, sustentabilidade e equidade, assim como elementos relacionados (produção de alimentos limpos com inclusão social) são exigências da sociedade, que pedem respostas do Estado. (CAPORAL, 2002, p. 16)

O profissional da extensão rural deve desenvolver processos educativos continuados e construtivistas visando à formação de competência e mudanças de atitudes, objetivando a melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento local, social sustentável, adotando, sempre, uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar com métodos participativos.

[...] a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes ambientes. (BRASIL, 2004, p.11)

A nova roupagem da Extensão Rural pública adquire formato e é normatizada pela política pública que a permeia, para essa nova demanda o extensionista deve se apropriar de ferramentas necessárias para um trabalho eficaz e eficiente.

3.4 AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA DO EXTENSIONISTA

As metodologias participativas são técnicas utilizadas por diversos profissionais para que possa ser feito algo democrático e bem participativo, em que os indivíduos devem colocar seus pontos de vista, certezas e dúvidas. Desta forma não se tem a figura do “professor” (ou palestrante) e sim uma ação que compreende o conhecimento de todos os envolvidos e o profissional assume a figura de articulador ou animador deste processo.

A participação, portanto, deve ser vista como o grande instrumento de acesso à cidadania. Em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida enquanto ação coletiva e exercício

consciente, voluntário e conquistado. (ROZENBERG; TENÓRIO, 2007, p.08)

As metodologias participativas são utilizadas com freqüência na extensão rural como forma de construir o conhecimento e refletir sobre ele a partir da realidade posta pelos participantes. Na participação, pode-se dizer que o envolvido está praticando sua cidadania⁸ já que ele é capaz, como ser coletivo, de decidir, de refletir, escolher.

Segundo Freire (1971), esta é uma “prática educativa-participativa” já que utiliza o diálogo como forma de “troca de saberes”, e o extensionista não pode efetuar as mudanças sozinho. A metodologia participativa baseia-se numa concepção construtivista em que o conhecimento de mundo do agricultor e o conhecimento técnico do extensionista interagem.

As técnicas utilizadas pela Extensão Rural sofreram grande influência de Piaget e Paulo Freire. Segundo Piaget apud Ruas et al (2006), o indivíduo estabelece relação de troca com o meio, ele tem um saber prévio estabelecido pelas experiências de vida, faz a assimilação desta “troca de saberes” (meio/indivíduo) e, por fim, o re-elabora.

Para Piaget, todo indivíduo tem um nível de conhecimento (saber prévio) e em determinado momento por diversos fatores (experiências novas, interação social), o saber prévio torna-se insuficiente trazendo um “desequilíbrio” cognitivo. Este teórico diz que o desequilíbrio aparece no momento da aprendizagem. A assimilação seria quando o indivíduo se apropria do novo saber, desta forma surge à acomodação do conhecimento novo. Ruas et al. (2006)

Para Piaget o conhecimento não está no sujeito, nem no objeto, ele é construído na interação do sujeito com o objeto. É à medida que o sujeito interage (e portanto age e sofre ação do objeto) que vai produzindo sua capacidade de conhecer e vai produzindo também o próprio conhecimento. (RUAS et al., 2006, p.30)

⁸ “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Pode-se entender, também, pela efetivação dos direitos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html> Acesso em: 05/05/2007. (DALLARI, 1998)

De acordo com Ruas et al. (2006), baseado Piaget, o extensionista tem um papel de mediador na construção do conhecimento; tende a uma postura investigativa, estimulando aos atores sociais; possibilitando a atuação como mediador do processo constante de reflexão e ação.

Para teoria Freiriana, a educação tradicional (“educação bancária”) não contribui para a formação de sujeitos ativos e críticos, uma vez que traz a figura “superior” do professor que “deposita” o conhecimento e os alunos se tornam depositários deste (relação de domínio). Para Ruas et al (2006), educar é criar as possibilidades para a sua própria produção/construção do conhecimento, formando sujeitos críticos.

A prática da educação nos moldes de Freire, na extensão rural, implica compreender as especificidades da ação e dos atores envolvidos no processo, partindo sempre do conhecimento prévio dos agricultores para a reconstrução de novos significados.

A Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável Ruas et al. (2006), traz para o profissional de extensão o pressuposto para um trabalho participativo de forma eficaz e eficiente; para tanto, é necessário que o extensionista tenha um conhecimento prévio das especificidades da agricultura familiar e o contexto no qual está atuando.

Esta metodologia possui três momentos: o conhecimento da realidade, que abrange as especificidades da comunidade; a organização da ação e da gestão social, ou seja, um exercício coletivo de planejamento, constituído das questões que envolvem o projeto de vida das pessoas, das organizações sociais e dos grupos de interesse; e a execução da ação e o acompanhamento, em outras palavras, a concretização das ações planejadas.

O extensionista rural tem uma ferramenta à disposição para utilizar com a população rural a fim de diminuir as barreiras da exclusão social e digital das comunidades mais distantes e carentes, levando a educação ambiental e informações produtivas de forma dinâmica e participativa, são os telecentros.

Os telecentros são espaços onde a população em geral tem acesso à computadores interligados pela internet onde é possível a participação em cursos profissionalizantes. Esses centros são construídos, geralmente, em parceria com o

governo federal para que o país consiga diminuir os índices de exclusão digital. Os telecentros são denominações genéricas de centros de informática, são espaços públicos com pontos de acesso a internet que, também, ofertam cursos. No caso da Emater, o projeto de telecentro denomina-se “Escolas de Inclusão Digital e Cidadania – EIDC”.

Foi pensando no produtor rural, público-alvo do Instituto, que a Emater desenvolveu no ano de 2006 o projeto inclusão digital e social. Uma vez que os servidores assistem todos os municípios do estado do rio Grande do Norte.

As Escolas de Inclusão Digital e Cidadania – EIDC foram construídas preferencialmente nas zonas rurais para atender a demanda mais carente. Neste projeto são oferecidos cursos básico de informática, além de dar acesso aos vários cursos na modalidade a distância oferecida pelo país.

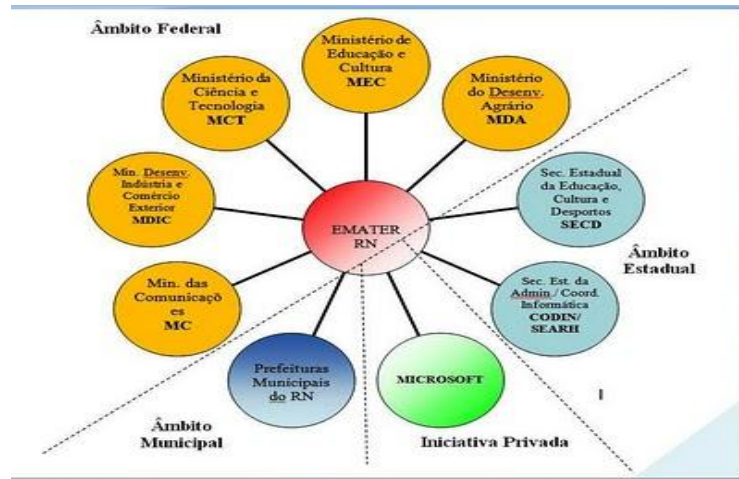
FIGURA 2 – Foto de fachadas das EIDC



Fonte:Emater/RN

Parcerias foram firmadas para um melhor desempenho das EIDC, os monitores passam por uma seleção interna, e depois passam por uma semana de capacitação no sistema internato, só então são habilitados para exercer suas funções de facilitador do processo de aprendizagem nas EIDC.

FIGURA 3 – Parcerias firmada pela Emater para o projeto EIDC



Fonte: Emater/RN

Estes espaços são todos estruturados com multimídia, data show, (12) computadores e, na maioria das escolas, internet⁹. Há disponibilidade, também, para uso do local para desenvolver atividades educativas diversas dos parceiros e principalmente da Emater.

FIGURA 4 – Logotipo da EIDC



Fonte: Emater/RN

⁹ A internet é parceria da prefeitura e governo federal pelo programa Gesac (O Gesac é um programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações – através do Departamento de Serviços de Inclusão Digital – que tem como objetivo promover a inclusão digital em todo o território brasileiro. Disponível em: <<http://www.gesac.gov.br/programa-gesac/o-que-e-o-gesac>> Acesso em: 01/08/2011)

O projeto prevê, ainda, o acesso da população em geral a serviços on-line de consultas em site como caern, cosern, detran e outros, para facilitar a resolução de pequenos problemas.

Pode-se dizer que o governo do estado, através da Emater está ousando e inovando no atendimento aos produtores rurais, deixando de pensar somente na área técnica e sim a social para que se possa desenvolver sustentavelmente.

4 ANÁLISE DE DADOS: O CASO DA EIDC DE VERA CRUZ

As escolas de inclusão digital e cidadania – EIDC são espaços possíveis de utilizar a modalidade de educação a distância para alcançar a população que não tem acesso a educação formal. Essa exclusão é gerada tanto por questões econômicas como também da distância dos grandes centros urbanos.

Para pensar em EaD nestas escolas é necessário analisar a estrutura dos espaços, a demanda local, as parcerias. Temos que ter em mente que cada região do estado tem suas características e dificuldades que devem ser analisadas e estudadas para se ter êxito na oferta de curso.

Não analisarei as 127 escolas espalhadas pelo estado, mas apenas no município de Vera Cruz.

Vera Cruz é um município do estado do Rio Grande do Norte que integra a região metropolitana de Natal (capital), dista 37 km da capital, sua área territorial é de aproximadamente 100 km², sua população gira em torno de 10.725 habitantes. Muito conhecida pela produção da farinha de mandioca.

O município possui uma EIDC e o seu funcionamento é um dos melhores do estado devido às parcerias firmadas. A escola tem o apoio da Emater para planejar as atividades e cursos com os monitores e também com a secretaria de assistência social e educação.

Lá já está sendo desenvolvido, no turno noturno, formação continuada para os professores da rede pública, eventualmente desenvolve-se algumas oficinas pela Emater e em parceria com a secretaria de assistência social.

A estrutura física está bastante conservada, uma vez que existe um acordo de cooperação técnica entre a Emater e a prefeitura que recebe a escola. O Instituto entra com o salário e a capacitação dos dois monitores que cumprem uma carga horária de 30h, conserto e manutenção de equipamentos, e coordenação.

A prefeitura deve contribuir com o zelo do imóvel, fornecer material de expediente e limpeza, além de contratar uma recepcionista. Não são todas as prefeituras que conseguem perceber a importância do projeto. A escola possui

repcionista, internet, ASG, material de limpeza e de expediente, água mineral e até manutenção das máquinas são oferecidas pela prefeitura.

Tendo em vista toda a organização e compromisso, o funcionamento da escola é bastante satisfatório para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância. A assistente social do instituto divulgou e incentivou, no início de 2010, junto às comunidades locais os diversos cursos de curto prazo e profissionalizante na modalidade a distância para que a população pudesse ter acesso pela EIDC.

Alguns cursos oferecidos em EaD: Gestão do Tempo, Educação Ambiental, Boas Práticas de Fabricação, Qualidade em Serviços, Empreendedorismo.

Com isso é importante observar que toda estrutura da escola está apta em desenvolver atividades, seja ela oficina, palestra, cursos na modalidade a distância. Alguns usuários da escola já estão matriculados em cursos de graduação.

Frente ao relato de funcionamento e as parcerias, a proposta de um curso em curto prazo, a priori, é bastante conveniente. A demanda local é bastante eclética, por ter uma proximidade na capital é interessante direcionar para os pequenos agricultores e suas famílias. É interessante fazer convênios com universidades federais, institutos federais e órgãos que oferecem capacitações como o SEBRAE, IEL, SENAI.

Os profissionais que o próprio Instituto tem podem compor a equipe para elaborar e executar tal projeto. É interessante ficar atento ao público-alvo para que o projeto elaborado contemple de forma eficaz. No município, o produtor rural necessita que as aulas sejam com bastante interatividade e dinamicidade. O material deve ser pensado de forma simples para que seja assimilado melhor.

Esta sendo realizada capacitação de uma turma de monitores no centro de treinamento da Emater no município de São José do Mipibu. Como tínhamos dados em que a internet só serve para “jogos” e “orkut”, a possibilidade de melhorar o currículo profissional com capacitações a distância que é oferecido normalmente para diversos setores. Assim, considera-se este um dos caminhos para trabalhar com EaD na EIDIC de Vera Cruz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a grande faixa territorial e a má distribuição de riqueza são elementos que levam à exclusão social. A Educação a Distância é um recurso a ser utilizado para mudar a situação de exclusão das camadas mais pobres da sociedade.

Para a EaD ter um alcance mais amplo com eficácia, se faz necessário um maior investimento em tecnologia de informação e comunicação - TIC. Nos dias de hoje a utilização destas tecnologias é primordial para que se possa atingir um grande número de usuários, assim pode-se baratear o acesso.

Para os países em desenvolvimento é um grande esforço universalizar o acesso as TIC, tendo em vista que a grande desigualdade social entre as camadas da sociedade torna-se de grande complexidade os entraves para que ocorra a inclusão digital.

Assim, uma das formas de fazer com que as comunidades mais carentes tenham acesso às tecnologias está no papel social que o projeto “escolas de inclusão digital” possui.

As EIDC tem um grande peso por está inserida na comunidade, seus facilitadores são da comunidade prontamente treinados pela Emater com parceria de Microsoft, assim os centros passam mais confiança aos usuários.

Tendo em vista toda estrutura da escola de inclusão digital do município de Vera Cruz, vê-se que há possibilidades de utilizar a extensão rural da emater atrelada a tecnologia da escola para promover a inclusão digital e social da comunidade utilizando como recurso a educação a distância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.622, de 22 de dezembro de 2009**. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em: 27 ago. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. [s.l.]: MDA, 2005. 19p. Disponível em: <<http://www.faser.org.br/anexos/Pronater.doc>> . Acesso em: 5 dez.2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> . Acesso em: 31 Jul.2010.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Extensão Rural**: polissemia e resistência. In:_____. CONGRESSO DA SOBER: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. [s.l:s.n], 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: Tavares, J. R., & Ramos, L. (Orgs.). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. 9-34. Disponível em: <<http://www.emater.ce.ce.gov.br/empresa/artigo.php?Codigo=16>> . Acesso em: 5 dez.2007.

_____. **Recolocando as coisas nos seus devidos lugares**: um manifesto em defesa da Extensão Rural Pública e Gratuita para a Agricultura familiar. Mar. 2002, 42p. Disponível em: <<http://infoagro.net/shared/docs/a6/extrural.doc>> . Acesso em: 05 dez. 2010.

_____. **A Extensão Rural e os Limites à prática dos Extensionistas do Serviço Público**. Santa Maria: UFSM, 1991.134p. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/811809733.pdf> . Acesso em: 05.dez.2007.

COSTA, Karla da Silva; FARIA, Geniana Guimarães. **EaD – Sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial**. Minas Gerais: UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>>. Acesso em: 10.ago.2011.

DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

EMATER-RN: comprometida com o fortalecimento do agricultor familiar. Natal: EMATER/RN, 2007. 99p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Um panorama geral sobre a história do ensino a distância**. UFBA, p. 57-68. Disponível em: <<http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2057-68.pdf>> . Acesso em: 16 maio.2011.

HORTA, Rosilene. **A Educação a Distância diante da exclusão digital no Brasil**. Minas Gerais: UFMG, 2007. 9p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/52200732540PM.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2011.

MIZIARA, Fausto; SANTANA, Eloísa Pio de. Extensão Rural no Estado de Goiás: Produção Familiar e Modernidade Reflexiva. In____. XLIV CONGRESSO DA SOBER .Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Jul. 2006. 09p.

NEVES, Carmen Moreira de C. O Desafio Contemporâneo da Educação a Distância. In:____. **aberto**. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As Circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 1999. 97-134 p. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8898/5020>> Acesso em: 05 dez.2007.

RIBEIRO, Maria Thereza Pillon. **Inclusão Digital e Cidadania**. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/blog/obsmidia/files/Maria-Thereza-Pillon-Ribeiro.pdf>> Acesso em: 25 maio.2011.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. **Modelo de avaliação para cursos no ensino a distância**: estrutura, aplicação e avaliação. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/roser/>> .Acesso em: 06 jun.2011.

ROZENBERG, Jacob Eduardo, TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação.In____. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: FGV. v.7 , jun.1997.35p.Disponível em: <<http://www.eaesf.fgv.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Cadernos/Cad07.pdf>> Acesso em: 05 dez.2007.

RUAS, E. D., BRANDÃO, I. M. M., CARVALHO, M. A. T., SOARES, M. H. P., MATIAS, R. F., GAVA, R. C., MESORES, W. G. P. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte: EMATER-MG, mar. 2006. 134p.

SILVA FILHO, Manoel Marques da. **A Extensão Rural em meio século: A experiência do Rio Grande do Norte**. Natal: Emater/RN, 2005. 224p.

TOTA, Antônio Pedro, **Cultura e dominação**: Relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra fria. São Paulo: Perspectiva. n. 27, p. 111-122, 2005.